



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASÍLIA/DF, 05 de JUNHO DE 2007.

ATA DA XXIII REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSEA

1
2 Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e sete, no
3 Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-
4 DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a XXIII Reunião
5 Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento
6 do Presidente da República, instituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em
7 seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004,
8 alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. Registrou-se a presença dos
9 membros representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Altemir Tortelli; Ana
10 Lúcia Pereira; Ariovaldo Ramos dos Santos; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Christiane
11 Gasparini Araújo Costa; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar
12 Guariento Gadelha; Élido Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Menezes; José Arimatéia
13 Rodrigues França; José Ribamar Araújo e Silva; Maria Emília Pacheco; Moisés Machado;
14 Naidison de Quintella Baptista; Matias Martinho Lenz; Rolf Schümemann; Sillas dos Santos
15 Vieira; Pedro Makumbundu Kitoko; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Jamil Maluf; Sônia
16 Lúcia Lucena Sousa de Andrade; Ubiraci Dantas de Oliveira; e Werner Fuchs. Registrou-se as
17 presenças dos seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Aldenora Pereira da
18 Silva; Amélia Tibúrcio Medeiros; Celiana Barbosa Pereira; Estanislau da Silva Salles; Evandro
19 Sheid Ninaut; Raimundo Nontato Pereira da Silva. Registrou-se a presença dos seguintes
20 representantes governamentais no CONSEA: André Roberto Spitz – AESP/PR; Albaneide
21 Peixinho – FNDE/MEC; Jorge Luiz Carneiro de Macedo – SEPPIR; José Geraldo França Diniz –
22 MP; Sílvio Isopo Porto – MAPA; Patrus Ananias e Márcia Helena Carvalho Lopes - Ministério do
23 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Romeu Olmar Klich – SEDH. Registrou-se a
24 presença dos membros observadores: Selvino Heck - Assessoria Especial/PR; Nildes de Oliveira
25 Andrade - Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição – Conselho Nacional de Saúde;
26 Meiry Andrea Borges David/Talher Nacional; Milton Rondó Filho – Ministério das Relações
27 Exteriores. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha -
28 MDS, Adriana Santos – AESP/PR; Ana Maria Sales Placidino - Talher; Ana Maria Cavalcante –
29 CGPAN/MS; Beatris C. Duqueviz – FUNASA; Bianca Lazarini Cunha – MDS; Diane Carmem de
30 Oliveira – FIOCRUZ; Elaine Martins Pasquim – FUNASA; Fernanda Ramos Monteiro – FUNASA;
31 Gilmar Trindade dos Santos, João Paulo M. Filho – CONAB; Karen Santana de Almeida; Kyara
32 Micheline França – MDS; Léa Rocchi Sales – MDS; Lécio Lima Costa – AESP/PR; Luciana
33 Cassiano Machado; Marco Aurélio Loureiro – MDS; Mauro Henrique de Miranda Siqueira –
34 MDS; Marília Leão – ABRANDH; Muriel Saragoussi - Ministério do Meio Ambiente; Onaur Ruano
35 – MDS; Paula Murceli; Rosalynd Vinícius da Rocha Moreira – FUNASA; Sabrina Oliveira – MDS;
36 Thaís Franceschini – ABRANDH; Terezinha B. Maglia - MJ. Pauta: PERÍODO DA MANHÃ: 1.
37 Aprovação da Ata da XXI e XXII Plenárias e da Pauta; 2. Informes; 3. Informes sobre a III
38 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Política Nacional de
39 Biocombustíveis e a Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo: 4.1 Apresentação da Política
40 Nacional de Biocombustíveis; Apresentação da Política Nacional de Biodiesel e Agricultura
41 Familiar; Pronunciamento de representantes de organizações da sociedade civil; 4.3 Debate;
42 4.4 Encaminhamentos. PERÍODO DA TARDE: 5. Avaliação do mandato do CONSEA (período
43 2004-2007) e escolha da Comissão incumbida de efetivar as deliberações da III CNSAN em



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

44 relação à escolha dos novos conselheiros, incluindo: 5.1 Pronunciamento da Presidência do
45 CONSEA; 5.2 Pronunciamento das instâncias; 5.3 Debate; 5.4 Encaminhamentos; 6.
46 Encaminhamentos das instâncias; e 7. Encerramento. O Presidente do CONSEA, Francisco
47 Menezes, deu início à Plenária às nove horas e trinta e cinco minutos, convidando o Ministro
48 Patrus Ananias para compor a mesa e anunciando ser a última daquele mandato. Informou
49 que a Ata da Plenária de março de 2007 encontrava-se disponível para consulta e que as
50 solicitações de correção deveriam ser encaminhadas ao MDS. Após apresentação e aprovação
51 da Pauta sem alterações, deu início aos informes, passando a palavra ao Conselheiro Naidison
52 Baptista, que informou sobre a prorrogação para março de 2008 da exigência do pregão
53 eletrônico para todos os convênios e termos de parceria do Governo Federal com a sociedade
54 civil, como era o caso do Programa 1 Milhão de Cisternas. Informou que essa medida foi
55 tomada após reuniões com o MDS e com o Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da
56 República, agradecendo a estes, ressaltando a necessidade de diálogo para que essa questão
57 seja equacionada de forma definitiva. O Presidente do CONSEA informou que a proposta de
58 decreto de regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, no que se
59 referia ao funcionamento do CONSEA, foi enviada à Presidência ainda em dezembro de 2006.
60 Desta, foi encaminhada de imediato para o MDS, o qual apresentou no dia anterior sua
61 proposta final, bem como a proposta de Câmara Interministerial. Porém, não foi possível uma
62 análise desta, que parecia não ter alterações de mérito, aguardando-se sua publicação para
63 antes da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida, foram
64 distribuídas cópias das minutas de decreto, para conhecimento e análise pelos conselheiros.
65 Débora Bezerra, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do
66 Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MPOG, apresentou informe sobre o processo de
67 elaboração do Plano Plurianual 2008/2011. No novo cronograma, os Ministérios estavam
68 preparando suas orientações estratégicas, a partir das quais serão elaborados os programas e
69 ações e, em seguida, as propostas de dotação orçamentária. Informou ainda que foi recebida a
70 proposta do CONSEA, a qual seria considerada em reunião com os Ministérios, que a estavam
71 analisando. Nessa reunião, seria apresentada também a orientação de se buscar reduzir o
72 número de programas e lhes conferir maior consistência estratégica. O Secretário Onaur Ruano
73 – SESAN/MDS informou que as propostas do CONSEA relativas ao PPA foram acatadas pelo
74 órgão, com algumas alterações, ficando da seguinte forma: criação de Ação de Implantação do
75 SISAN; criação de Ações de Apoio a Projetos para Povos e Comunidades Tradicionais,
76 incorporando a Ação relativa à Carteira Indígena; fortalecimento do Programa de Aquisição de
77 Alimentos – PAA, com previsão de chegar a um bilhão de reais até 2011; criação de Ação de
78 Captação de Água para produção de alimentos no semi-árido, em complemento às cisternas; e
79 ampliação do número de Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento
80 – CONSADs. Ana Maria Cavalcante, do Ministério da Saúde, informou que a proposta do
81 Ministério para o PPA ainda não havia sido finalizada e que se sinalizada para a recomposição
82 dos recursos para o SISVAN, ainda não aprovada, e a proposta de ação de promoção da
83 Alimentação Saudável, já aprovada. Roberto Marinho, do Ministério do Trabalho e Emprego –
84 MTE informou que estavam previstas, na proposta do órgão, vários programas e ações
85 relativos à Segurança Alimentar e Nutricional, como: Economia Solidária, Qualificação
86 Profissional, Saúde do Trabalhador e Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, em
87 relação ao qual se propunha uma ação para a sua gestão e também a ampliação para micro e
88 pequenas empresas, mas isso iria requerer negociação no Governo, por se tratar de renúncia
89 fiscal. Muriel Saragoussi, do Ministério do Meio Ambiente, informou que já havia um Programa
90 para Povos Tradicionais e que a estratégia era torná-lo multissetorial; e que havia dificuldade
91 para se criar programa de Agrobiodiversidade, por já existir um Programa de Biodiversidade,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

92 tendendo-se a ajustar o programa existente. Arnaldo Campos, do MDA, informou que o
93 Ministério acatou a proposta de criar um Programa de Comercialização; propunha-se a
94 expansão do Pronaf, chegando a doze bilhões de reais e mudanças nas normas dos
95 financiamentos; e ampliação substancial dos recursos para a Assistência Técnica e Extensão
96 Rural. Sílvio Porto informou que a CONAB havia incorporado todas as propostas, as quais
97 foram aprovadas pelo MAPA e estavam em negociação com o MPOG; acrescentou que deveria
98 ser criada também a Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar, o que dava
99 perspectivas para uma política efetiva de comercialização para esse segmento. A Conselheira
100 Maria Emília Pacheco propôs que o CONSEA reforçasse a proposta de criação do Programa de
101 Agrobiodiversidade, perguntando se o MDS e o MDA definiram pela sua participação no
102 Programa. O Presidente Chico Menezes solicitou que ela elaborasse manifestação a ser
103 remetida ao MMA, MDS e MDA. A Conselheira Elza Braga apresentou as propostas relativas ao
104 Programa Bolsa Família - PBF: expansão para populações específicas; e aumento do valor do
105 benefício. O Presidente do CONSEA registrou preocupação com as propostas relativas ao
106 Orçamento Geral da União – OGU 2008, pois o período de apresentação de propostas
107 coincidirá com a III CNSAN e com o final do atual mandato. Como alternativa, propôs delegar
108 aos coordenadores das instâncias a preparação e encaminhamento das propostas ao PLOA
109 2008. Procedeu à consulta e os conselheiros manifestaram-se favoravelmente à proposta. Em
110 seguida, o Ministro Patrus Ananias saudou os participantes da reunião e informou sobre a
111 elaboração de um conjunto de ações integradas das políticas sociais, sob a coordenação do
112 MDS, que incluíam o reajuste do benefício do PBF com base no INPC; a ampliação da idade
113 limite dos jovens, de 15 para 17 anos; a proposta de pagamento de premiação aos jovens que
114 concluíssem com êxito seus estudos; e a integração do PBF com as áreas de trabalho e renda,
115 economia solidária e agricultura familiar. O Ministro acrescentou ainda uma reflexão sobre o
116 caráter disperso e fragmentário dos conflitos sociais atuais, marcados pela ausência de
117 projetos coletivos e unificadores e pela falta de espaços para refletir sobre estes. O Ministro
118 concluiu seu pronunciamento saudando o CONSEA e fazendo votos de sucesso na III CNSAN,
119 como final do capítulo da luta contra a fome e do início do capítulo da luta pelo Direito
120 Humano à Alimentação Adequada. Em seguida, teve início o item relativo aos Biocombustíveis.
121 O Presidente do Consea convidou para compor a mesa a Sra. Tereza Campello, assessora da
122 Sub-Chefia de Articulação e Monitoramento; Arnaldo Campos, Diretor da Secretaria de
123 Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Conselheiro Altermir Tortelli.
124 Tereza Campello expôs a importância do tema dos Biocombustíveis para o Brasil e para o
125 mundo, em função da busca de combustíveis renováveis, e informou que iria abordar em
126 particular o Etanol, abordando as principais preocupações do Governo Federal e as
127 perspectivas para o setor. Diferenciou o Etanol do Biodiesel, para o qual foi criado escopo legal
128 e programa específico no início do Governo Lula, que tem pautado o debate com a sociedade;
129 já o Etanol teve sua produção iniciada há trinta e cinco anos e passou por diferentes fases,
130 caracterizando-se como atividade privada com escopo legal frágil. Informou que o Brasil
131 produz cerca de dezenove milhões de litros de etanol por ano, com expansão que independe
132 da ação governamental, mesmo em termos de financiamento oficial. Essa expansão tem sido
133 motivada por uma conjuntura internacional amplamente favorável, tendo em vista as
134 instabilidades no Oriente Médio e o debate de Segurança Energética no Estados Unidos e em
135 outros países. Tereza Campello acrescentou que, diante das preocupações com o aquecimento
136 global e as mudanças climáticas, dificilmente haverá alternativa energética mais eficiente e
137 rentável que o etanol, nos próximos 10 a 15 anos, sendo que o Brasil dispõe de experiência
138 histórica de produção, integração entre produção agrícola e industrial e produção de carros bi-
139 combustíveis. Em função disso, Tereza Campello propôs refletir que a expansão do etanol é um



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

140 realidade independente da ação do Governo e, caso este não atue, a expansão ocorrerá de
141 forma desordenada e não includente e o país deixará de ocupar um importante espaço
142 internacional. Diante desse quadro, apresentou três blocos de questões a serem tratadas: (1)
143 Energia, em termos da segurança energética, da auto-suficiência, das alternativas ao petróleo
144 com redução de emissão de gases; (2) Expansão da Produção Agrícola, mediante zoneamento
145 das áreas passíveis de plantio da cana-de-açúcar, considerando a produção de alimentos, a
146 preservação ambiental e o desenvolvimento regional; e (3) Questão social, considerando
147 micro-destilarias, aspectos, de saúde, segurança, tempo e demais condições de trabalho. Além
148 destas, outras iniciativas estavam também em análise ou já em implementação, como a
149 pesquisa tecnológica, a revisão da legislação, a infra-estrutura para transporte do etanol e
150 aspectos relacionados à padronização e certificação do etanol em âmbito internacional. Arnaldo
151 Campos, representante do MDA, apresentou o Programa Nacional de Biodiesel - PNB, cuja
152 formatação iniciou-se em julho de 2003, de forma multissetorial, tendo por supostos a inclusão
153 social, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional. Para isso, optou-se pela
154 produção pela agricultura familiar, para a qual esta seria mais uma atividade e fonte de renda,
155 evitando-se a monocultura e a dependência. Além disso, o PNB tratou da política tributária,
156 garantindo menores alíquotas à medida em que aumente a participação da produção de
157 origem familiar; da política de aquisições, com indução mediante leilões de volumes crescentes
158 até a obrigatoriedade em 2008; do selo de combustível social; e da política de financiamento.
159 Para garantir a inserção da agricultura familiar não só na produção de matéria prima mas nas
160 várias etapas, elaborou-se um Selo de Combustível Social, bem como formas de
161 contratualização e de assistência técnica e extensão rural sob responsabilidade da indústria.
162 Finalizando, Arnaldo Campos informou existirem cerca de 68.000 famílias cadastradas no
163 Programa, prevendo-se a necessidade de chegar a 220.000 famílias para atingir a meta de
164 35% do biodiesel oriundo da agricultura familiar, ressaltando existirem ainda problemas de
165 baixa produtividade da mamona no Nordeste, buscando-se alternativas de consórcio com
166 outros produtos alimentares, além do feijão. O Conselheiro Altemir Tortelli, representante da
167 Fetraf, parabenizou o Consea pela iniciativa do debate, destacando que estes, mesmo tendo
168 ocorrido em momentos anteriores, foram insuficientes. Apresentou as seguintes questões: (1)
169 embora se apresente como solucionador de problemas ambientais e energéticos a partir dos
170 biocombustíveis, há o risco de que o agronegócio venha a produzir novos desequilíbrios, diante
171 da necessidade de realização da reforma agrária; (2) a expansão da monocultura da cana-de-
172 açúcar já começa a afetar outras atividades, como a produção de leite e aves, e motivou
173 iniciativas de regulamentação da expansão em nível municipal; e (3) e os impactos sobre a
174 produção e o custo dos alimentos, tendo em vista o que já estava ocorrendo nos Estados
175 Unidos, com elevação dos preços do milho incidindo sobre aves e ovos. Altemir Tortelli
176 acrescentou que a perspectiva de ter a agricultura familiar como produtora de matéria-prima e
177 o agronegócio cumprindo a legislação trabalhista era insuficiente, tendo em vista um novo
178 modelo de desenvolvimento e ainda a soberania alimentar. A visão da FETRAF e de outras
179 organizações era da reforma agrária como elemento central do desenvolvimento sustentável e
180 do fortalecimento da agricultura familiar como produtora de alimentos e, nesse cenário, os
181 biocombustíveis seriam um elemento a mais de renda, conforme proposto pelo representante
182 do MDA, dentro de uma perspectiva de maior autonomia desses agricultores em relação ao
183 consumo de alimentos, insumos e energia. Acrescentou ainda a necessidade de que os
184 agricultores familiares se habilitem para intervir em toda a cadeia, defrontando-se com
185 problemas relativos à capacitação, assistência técnica e cooperativismo, e ainda com desafios
186 relativos aos investimentos em regiões com produção ainda precária. Em seguida, teve início o
187 debate sobre o tema. O Conselheiro Werner Fuchs apresentou quadro com ordem



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

188 decrescentes dos vários tipos de biocombustíveis do ponto de vista da eficiência energética,
189 estando em primeiro lugar os óleos vegetais em plantio orgânico e consorciado e, nas últimas
190 posições, o etanol, o biodiesel, o metanol e outros. Diante disso, reiterou a necessidade de
191 uma política de inclusão da agricultura familiar, visando inclusive seu auto-abastecimento. O
192 Ministro Patrus Ananias afirmou a necessidade de que a agricultura familiar tivesse acesso a
193 micro-usinas para não haver dependência das grandes unidades; a necessidade de integrar o
194 Programa Nacional de Biocombustíveis às ações complementares do Programa Bolsa Família; e
195 a necessidade de avaliar possíveis impactos da elevação do preço do milho e outros produtos
196 sobre os preços de alimentos. O Ministro agradeceu aos presentes e justificou a necessidade
197 de se retirar em função de outros compromissos, sendo substituído pelo Secretário Onaur
198 Ruano. O Conselheiro Renato Maluf registrou que o país, ao fazer a opção pelo etanol,
199 reafirma sua estratégia de inserção nos mercados mundiais a partir de matérias-primas, ainda
200 que com maior valor agregado, opção essa marcada por histórico de exclusão e
201 insustentabilidade. Lembrou que o etanol foi construído pelo Estado brasileiro ao longo de
202 quatro séculos, mesmo que a expansão recente não seja fruto dessa mesma ação. Manifestou
203 preocupação com a possibilidade de que o Governo Brasileiro adote posição de aproveitar a
204 conjuntura mais do que intervir e regular, sendo necessária a regulação, em especial no campo
205 da expansão agrícola e na região amazônica; e que o fato de haver uma PNB não diminui a
206 necessidade da ação regulatória do Estado, haja vista que biodiesel e etanol não são
207 complementares, mas independentes. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite ressaltou a
208 necessidade de se aprofundar visões de desenvolvimento durante a III CNSAN, haja vista as
209 implicações da opção por investir uma *commodity* que requer produção em escala e as
210 implicações disso para a Segurança Alimentar e Nutricional. Solicita esclarecimentos sobre a
211 escala do zoneamento e se a flexibilização da legislação ambiental, então em andamento, não
212 acompanhava a estratégia de expansão dos biocombustíveis. Finalmente, manifestou
213 preocupações quanto ao risco de desestruturação da agricultura familiar no semi-árido em
214 função dos incentivos centrados no biodiesel; e também com a tendência de expansão da soja
215 na Amazônia, tendo em vista o rearranjo nas outras regiões a partir da expansão da cana-de-
216 açúcar. O Conselheiro Ariovaldo Ramos considerou que as exposições trouxeram mais
217 apreensão que alívio, pois não ficou claro como o Governo pretendia controlar o ímpeto de
218 expansão do agronegócio, citando outros casos de expansão com regulação insuficiente, como
219 os transgênicos. Considerou também insuficientes as avaliações sobre os riscos da expansão
220 dos biocombustíveis sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. Sílvio Porto, representante do
221 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA apresentou a perspectiva de
222 expansão da produção do milho nos Estados Unidos e também no Brasil, com tendência de se
223 chegar a um excesso de oferta em 2010. Avaliou que são ainda incipientes as discussões sobre
224 a matriz tecnológica, visando reduzir a dependência de combustíveis. Considerou que a soja, a
225 cana-de-açúcar e a celulose são os maiores desafios para o desenvolvimento agrário no Brasil,
226 influenciando inclusive os investimentos em logística, sendo que a expansão da cana-de-açúcar
227 tende a aumentar a dependência de poucos grãos na matriz produtiva agrícola. Sílvio Porto
228 manifestou concordância com Tereza Campello em relação à dificuldade de regulação do setor
229 sucro-alcooleiro e propôs que a alternativa energética fosse considerada mais uma opção para
230 a agricultura familiar, no contexto das discussões sobre uma política de garantia de preços
231 mínimos para esse setor. O Conselheiro Ubiraci Dantas relatou os debates do movimento
232 sindical sobre os problemas trabalhistas com os trabalhadores do corte da cana em São Paulo,
233 incluindo acidentes de trabalho, informalidade e situações de trabalho semi-escravo e escravo.
234 Manifestou preocupação com a possibilidade de que capitais internacionais dominem a
235 indústria do etanol e concordou com a visão estratégica da produção de alimentos e a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

236 necessidade de buscar alternativas energéticas, como a energia nuclear. Tereza Campello
237 indicou a perspectiva de debate mais aprofundado com os vários Ministérios envolvidos nas
238 questões apresentadas. Com relação ao etanol, afirmou que o Governo não tem intenção de
239 iniciar novo programa, e sim de agir diante de uma atividade estabelecida, antiga, poderosa e
240 influente, na perspectiva de regular sua expansão e fazer com que ela seja responsável sob
241 diversos aspectos. Para isso, o Governo iniciou o mapeamento da situação, buscando criar
242 condições para a regulação das diversas questões, como o álcool combustível, compra de
243 terras e outras. A representante da Casa Civil encerrou seus comentários afirmando que o
244 papel do Governo era dar um bom curso para um processo que poderia ser uma oportunidade
245 ou então gerar efeitos negativos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e o meio ambiente.
246 Arnoldo Campos afirmou que houve iniciativa do Governo de promover o debate em todo o
247 país, mas houve pouca adesão dos movimentos e também do Consea. Com relação aos preços,
248 informou que no ano passado os preços agrícolas estavam baixos e os biocombustíveis
249 ajudaram a elevá-los, ampliando a renda dos agricultores e dos países exportadores. No
250 entanto, será necessário monitorar a evolução desses preços, para verificar possíveis impactos
251 sobre os preços dos alimentos. Finalizou afirmando que o debate sobre os biocombustíveis era
252 muito amplo, requerendo conhecimento tecnológico e análise econômica, colocando-se o
253 desafio de que a agricultura familiar possa ter produção viável para ter condições de disputar
254 esse mercado. Altemir Tortelli reiterou a perspectiva de que esse debate seja aprofundado com
255 a sociedade, sendo a III CNSAN uma oportunidade para isso. Essa proposta foi reiterada pelo
256 Presidente do CONSEA, na forma de um oficina a ser realizada durante a Conferência. Em
257 seguida, agradeceu aos participantes do debate e suspendeu os trabalhos para o almoço.
258 **PERÍODO DA TARDE.** As atividades foram retomadas às quinze horas, sendo a mesa
259 composta pelo Presidente do Consea e pela Secretária Executiva do MDS, Márcia Lopes. O
260 Presidente do CONSEA apresentou informes sobre a organização da III CNSAN, relativos à
261 sistematização das propostas das Conferências Estaduais e relatoria durante a Conferência,
262 sobre as oficinas e sobre a programação. A Secretária-Executiva do MDS complementou os
263 informes, abordando a emissão de passagens e a inscrição dos delegados do Governo Federal
264 pelo MDS. O Conselheiro Renato Maluf informou sobre a programação dos convidados
265 internacionais na III CNSAN. Em seguida, iniciou-se o ponto da pauta relativo à
266 regulamentação da Lei 11.346 – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Secretário da
267 SESAN, Onaur Ruano, substituindo a Secretária-Executiva do MDS na mesa. O Presidente Chico
268 Menezes retomou a proposta encaminhada no dia anterior pelo MDS e que ainda não havia
269 sido analisada, propondo que isso fosse feito por uma Comissão. Foram apresentadas objeções
270 pelos Conselheiros Carlos Eduardo Leite, Maria Emília Pacheco e Regina Miranda, que
271 consideraram que as mudanças feitas pelo MDS, ainda que formais, deveriam ser apreciadas
272 pela Plenária. O Presidente do Consea propôs então inverter a pauta, procedendo à apreciação
273 da proposta de instituição de uma Comissão responsável pela elaboração de proposta de
274 representação da sociedade civil para o próximo mandato do Consea. Aprovada a alteração da
275 pauta, o Presidente Chico Menezes apresentou a proposta de Resolução criando Comissão com
276 nove membros, sendo seis da sociedade civil, incluindo o Presidente do Consea, e três
277 governamentais, incluído o Secretário do Consea. A Conselheira Delzi Castro perguntou se os
278 membros da Comissão seriam elegíveis, ou seja, poderiam integrar o novo mandato. Após
279 ouvidas manifestações sobre o tema, o Presidente do Consea submeteu à votação duas
280 propostas: (1) os membros da Comissão pela sociedade civil não serão elegíveis, com exceção
281 do Presidente do Consea; e (2) os membros da Comissão pela sociedade civil serão elegíveis. A
282 proposta 1 teve 23 (vinte e três) votos, a proposta 2 teve 1 (um) voto e foram registradas 6
283 (seis) abstenções, vencendo, portanto, a proposta 1. O Conselheiro José Ribamar da Silva



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

284 registrou declaração de voto, afirmando haver diferentes condições de representação, como os
285 representantes por região, e não apenas por instituição. Em seguida, o Presidente do Consea
286 abriu para a indicação de componentes da Comissão pela sociedade civil, recebendo as
287 seguintes inscrições de conselheiros: Edmar Gadelha, Ariovaldo Ramos, Adriano Martins, Éldo
288 Bonomo e Moisés Machado, além do próprio Presidente do Consea. As indicações foram
289 aprovadas por unanimidade. Com relação aos membros governamentais da Comissão, o
290 Secretário Onaur Ruano informou que as indicações seriam feitas na última plenária de
291 delegados do Governo Federal à III CNSAN, que ocorreria no final de junho. O Presidente
292 Chico Menezes retomou o item relativo à Regulamentação da Lei 11.346, de 15 de setembro
293 de 2006, passando a palavra ao Coordenador da Secretaria do Consea, Aloisio Melo, que
294 identificou as alterações propostas pelo MDS em relação à minuta de decreto encaminhada
295 pelo CONSEA. O Consultor Jurídico do MDS, Sr. William Anderson Alves Olivindo, justificou as
296 mudanças da seguinte forma: a criação de uma instância de Presidentes de Conselhos
297 Estaduais, prevista no decreto, feriria a autonomia dos Estados e deveria ocorrer por iniciativa
298 destes; seria melhor não nominar as instituições observadoras, para dar maior flexibilidade; a
299 referência à diversidade como critério de composição do Consea entraria em conflito com a
300 competência da Conferência para definir tais critérios; e ressaltou que a previsão de cargos
301 comissionados requer análise específica. Com relação à instância de Presidentes de Conseas
302 Estaduais, Chico Menezes lembrou ser uma competência do Consea promover a articulação de
303 seus congêneres estaduais, conforme previsto na Lei 11.346. Sílvio Porto, representante do
304 MAPA, registrou posição de que a proposta relativa à Câmara Interministerial deveria ser
305 definida após a III CNSAN, visando permitir a incorporação de contribuições dos Ministérios. A
306 Conselheira Regina Miranda propôs incluir nas competências do CONSEA a aprovação ou, pelo
307 menos, revisão, da política e do plano. A Conselheira Delzi Castro registrou preocupação em
308 suprimir a obrigatoriedade das instâncias do Consea, devendo-se garantir a permanência da
309 Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada. O Presidente do Consea
310 propôs manter a previsão das instâncias, porém sem especificá-las, para dar maior
311 flexibilidade, fica definida dessa forma a proposta. Concluído o debate, o Presidente Chico
312 Menezes informou que a revisão feita pelo Consea seria apresentada ao MDS, visando
313 incorporá-la à versão definitiva da minuta de decreto, a ser encaminhada por esse órgão à
314 Presidência da República. Em seguida, teve início o item da pauta relativo à avaliação do
315 Consea durante o período 2003-2007. Não foi apresentada a avaliação da Coordenação da
316 Comissão Permanente 1 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, em função
317 da ausência da sua coordenadora. A Coordenadora da Comissão Permanente 2 – Segurança
318 Alimentar e Nutricional das Populações Negras, Ana Lúcia Pereira, apresentou a avaliação
319 dessa instância, sendo distribuídas cópias do documento aos presentes: reconhecimento da
320 segurança alimentar e nutricional das populações negras como uma questão de interesse social
321 e prioridade na agenda pública nacional; crescente e mais qualificada participação desse
322 segmento nos programas e ações; ampliação de programas e ações e de enquetes e pesquisas
323 com recorte racial, com maior participação das organizações; maior reconhecimento das
324 desigualdades; funcionamento da Comissão Permanente 2; análise do Orçamento relativo à
325 Segurança Alimentar e Nutricional da população negra; inclusão das comunidades religiosas de
326 matriz africana no conceito de comunidades e povos tradicionais; ações relativas à
327 contaminação por chumbo em Santo Amaro e à anemia falciforme, faltando resposta em
328 relação a este último problema. Apresentou ainda como desafios: promover debate sobre o
329 quesito cor no CONSEA; visando conscientização dos conselheiros; e articulação
330 governamental para atuação junto aos grupos específicos e articulação com a sociedade civil.
331 Com relação à participação no CONSEA, a Comissão Permanente 2 avaliou que ocorreu,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

332 faltando maior unidade e articulação das ações do governo e ampliação dos espaços de
333 participação da sociedade civil. Em termos de efetividade das propostas, faltou retorno quanto
334 às ressalvas à fortificação com ferro, frente à anemia falciforme. E quanto ao funcionamento
335 do CONSEA, considerou-se o funcionamento das instâncias foi imprescindível, com avaliação
336 positiva da Secretaria e da Presidência do Consea. A Coordenadora da Comissão Permanente 6
337 – Direito Humano à Alimentação Adequada, Delzi Castro, avaliou como aspectos positivos as
338 discussões sobre o Orçamento, a participação qualificada da sociedade civil e a boa articulação
339 com o Governo. Avaliou positivamente a presteza da Secretaria do Consea, a eficiência da
340 Assessoria de Comunicação e a maestria do Presidente do Consea na condução das atividades,
341 com domínio dos conteúdos e equilíbrio. Como dificuldades, relatou a menor visibilidade da
342 Segurança Alimentar e Nutricional em relação ao primeiro Governo do Presidente Lula; a falta
343 de representantes do primeiro escalão do Governo; e os limites de infra-estrutura e recursos
344 para funcionamento do Consea e das suas instâncias. A Conselheira Delzi Castro destacou
345 ainda a elaboração de metodologia de avaliação de programas sob a ótica do Direito Humano
346 à Alimentação Adequada, desenvolvida pela Comissão Permanente 6. Como principais desafios,
347 registrou a regulamentação da Lei 11.346 no que se refere ao Direito Humano à Alimentação
348 Adequada; a necessidade de formação de agentes no tema; e a maior integração dessa
349 instância com as demais. A Conselheira Sônia Lucena, coordenadora da Câmara Temática 2 –
350 Saúde e Nutrição, apresentou a avaliação dessa instância, como aspectos positivos:
351 incorporação de propostas da II CNSAN, realização de Encontros dos Conseas Estaduais,
352 aprovação da LOSAN e propostas de políticas públicas. Por outro lado, a Câmara Temática 2
353 considerou que houve poucos avanços no controle social das políticas e nos programas da área
354 de saúde; que o Programa Bolsa Família tomou o espaço das várias ações previstas no Fome
355 Zero; que houve baixa participação do Governo e muita rotatividade dos seus representantes,
356 em geral sem poder de decisão. Com relação à efetividade da atuação do Consea, Sônia
357 Lucena avalia que houve prioridade para as propostas da Câmara Temática 1, com pouca
358 valorização do componente nutricional; e que, apesar do empenho das áreas técnicas do MDS
359 e do MS, poucas propostas foram aprovadas pelos órgãos. Avaliou positivamente a Secretaria
360 do Consea e a capacidade de negociação do Presidente do Consea, seu compromisso com a
361 função e sua visão da Segurança Alimentar e Nutricional, com ênfase na intersectorialidade.
362 Finalmente, a Coordenadora da Câmara Temática 2 alertou para as pautas excessivas das
363 Plenárias e a perspectiva de um embate mais direto do Consea com a indústria de alimentos.
364 Elza Braga apresentou a avaliação da Câmara Temática 3 – Grupos Populacionais Específicos,
365 registrando como avanços a contribuição do Consea em âmbito internacional; a participação da
366 Câmara na intervenção em diversas problemáticas, como as crises do beribéri e da insegurança
367 alimentar de crianças indígenas em Dourados – MS; os espaços virtuais de comunicação, como
368 as videoconferências e a página do Consea na internet; o esforço de interlocução com os
369 Conselhos Estaduais, incluindo a preparação da III CNSAN; e o aprendizado relativo ao OGU.
370 As principais dificuldades registradas foram a rotatividade dos representantes, em especial os
371 governamentais, e o caráter precário da representação; a falta de avanços no controle social
372 dos programas e no diálogo com a área econômica; e lentidão da regulamentação da Lei
373 11.346. Em termos de efetividade do Consea, a Câmara Temática 3 destacou a participação
374 no Programa Bolsa Família, ainda que com poucos avanços nas ações estruturantes, e a
375 recuperação do valor da alimentação escolar. Avaliou positivamente a Secretaria do Consea,
376 identificando a necessidade de ampliação de assessorias específicas; e também o Presidente
377 do Consea, quanto à competência, compromisso, capacidade de diálogo e tolerância. O
378 Conselheiro Carlos Eduardo Leite apresentou a avaliação da Câmara Temática 1 – Produção e
379 Abastecimento, que fez um balanço geral positivo da atuação do Consea. Ressaltou a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

380 importância da retomada dos debates sobre as políticas públicas de Segurança Alimentar e
381 Nutricional a partir de 2004, com qualificação da atuação do Conselho e da sua interlocução
382 dos demais órgãos. A Câmara Temática 1 avaliou também positivamente o processo de
383 construção da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional e o esforço de integração das
384 instâncias, identificando limites na efetividade dessa atuação em função das mudanças de
385 prioridade do primeiro para o segundo Governo do Presidente Lula; da falta de resposta do
386 Governo às propostas apresentadas pelo Consea; e ainda em função dos baixos valores
387 orçamentários para os programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Como perspectivas da
388 Câmara, o Conselheiro Carlos Eduardo Leite pontuou a necessidade de avanços na política de
389 Abastecimento Alimentar, de suprir a lacuna relativa à reforma agrária e aos direitos territoriais
390 e a necessidade de construir uma agenda de médio e longo prazo articulada à construção da
391 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Finalmente, apresentou os
392 encaminhamentos da Câmara Temática 1: pedido de informação sobre o decreto sobre
393 compras para a Alimentação Escolar; a indicação do Conselheiro Carlos Eduardo Leite para
394 integrar o Comitê de Avaliação do Termo de Parceria MDS/Associação Programa 1 Milhão de
395 Cisternas. O Conselheiro Sillas Vieira apresentou a avaliação feita pela Comissão Permanente 3
396 e 4 - Mobilização Social e Articulação com os Estados, apontando como avanços: o diálogo com
397 os Conselhos Estaduais, apesar das limitações destes, e a maior visibilidade da Segurança
398 Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. As dificuldades
399 identificadas foram: a não implementação de propostas relativas ao PNAE, aos transgênicos,
400 ao Programa Bolsa Família e ao Monitoramento; a perda de força política do Conselho; e a
401 ausência de titulares governamentais no Consea. Com relação ao funcionamento, a avaliação
402 da Comissão Permanente 3 e 4 apontou para a falta de tempo nas plenárias para que os
403 conselheiros apresentem suas propostas e posicionamentos, destacando positivamente a
404 atuação do Presidente e da Secretaria do Consea. Em seguida, o Presidente Chico Menezes
405 apresentou sua avaliação do mandato, iniciando por destacar que parte das resoluções da II
406 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional eram difíceis de serem efetivadas,
407 mas serviram de base para a atuação do Conselho, destacando os seguintes resultados dessa
408 atuação: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; o projeto de lei do Programa Nacional
409 de Alimentação Escolar; a proposta de Política Nacional de Abastecimento; o apoio ao
410 Programa 1 Milhão de Cisternas; as orientações para incorporação da Segurança Alimentar e
411 Nutricional no comércio internacional; a proposta intersetorial de promoção da Alimentação
412 Adequada e Saudável; a proposta de Sistema de Indicadores e Monitoramento da Segurança
413 Alimentar e Nutricional; e o início da incorporação dos princípios do Direito Humano à
414 Alimentação Adequada. O Presidente do Consea identificou também frustrações, em termos de
415 áreas onde não houve avanços expressivos, como no caso do Sistema de Vigilância Alimentar e
416 Nutricional – SISVAN e a biossegurança, chamando a atenção para o quadro-resumo com
417 todos os encaminhamentos do Consea e para a exigüidade das respostas do Governo a esse
418 encaminhamento. Avaliou que houve perda com a saída da Via Campesina do Consea, porém
419 com avanço no diálogo com os movimentos em torno do PAA. As iniciativas no campo da
420 comunicação foram importantes no sentido de tornar o conceito de Segurança Alimentar e
421 Nutricional mais familiar, porém houve dificuldades de vencer o bloqueio da grande imprensa.
422 O Presidente Chico Menezes considerou que as iniciativas em relação aos Conselhos Estaduais
423 foram importantes, ainda que insuficientes com vistas à implantação do Sistema Nacional. Com
424 relação à participação governamental, citou a boa receptividade dos Ministros e considerou que
425 estes não precisam estar ali presentes, mas ter representantes que possam dar
426 encaminhamento às propostas e demanda do Consea. Com relação ao MDS, considerou
427 positiva sua atuação como Secretaria do Conselho, registrando-se insatisfações como, por



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

428 exemplo, a demora na regulamentação da Lei 11.346. Finalmente, o Presidente do Consea
429 ressaltou a importância dos conselheiros que perseveraram em sua atuação até o final do
430 mandato, destacando a importância da atuação Secretaria Executiva e da Assessoria de
431 Comunicação, devendo-se continuar o processo de qualificação dessas assessorias. A
432 Secretária Executiva do MDS, Márcia Lopes, substituindo o Ministro Patrus Ananias, manifestou
433 seu agradecimento aos representantes governamentais, aos conselheiros da sociedade civil e
434 ao Presidente do Consea por ter deixado o Conselho em situação melhor do que após a II
435 CNSAN, o que se expressa pela presença do tema da Segurança Alimentar e Nutricional nos
436 debates de diferentes áreas. A qualidade do Conselho é reconhecida e sua importância política
437 se expressou pela presença do Presidente Lula em diversos momentos. A Secretária Executiva
438 do MDS considerou legítima a cobrança de respostas do Governo, identificando um problema
439 no fluxo das proposições, para o que contribuiu o fato de sua Secretaria Executiva estar
440 fisicamente distante do MDS, que responde pela Secretaria do Conselho. No entanto, com a
441 implantação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, isso deverá ser
442 revisto e o Conselho desempenhará outros papéis, para além do aconselhamento ao
443 Presidente, concluindo com o agradecimento aos conselheiros e representantes
444 governamentais, com especial referência à postura democrática do Presidente do Consea, e
445 reafirmando o desafio de implantação do SISAN. Em seguida, a Coordenadora da Assessoria de
446 Comunicação e o Coordenador-Geral da Secretaria do Consea apresentaram breves balanços
447 da sua atuação e dos desafios para a continuidade dos trabalhos. O Presidente do Consea
448 encerrou os trabalhos às dezenove horas, agradecendo a colaboração de todos e todas.
449 Lavrou-se a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho,
450 Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e
451 Combate à Fome, Patrus Ananias, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 05 de junho de 2007.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário